

COVID-19

Aplicação da bivalente vem aí

Ministério da Saúde pretende começar a dar a vacina a partir de 27 de fevereiro e escalona os primeiros grupos que irão recebê-la

» TAINÁ ANDRADE
» ISABEL DOURADO*

Julia Prado/MS



Nísia não adiantou se a vacina contra o novo coronavírus será aplicada todo ano. Conforme disse, ainda faltam dados para tomar essa decisão

O Ministério da Saúde divulgou, ontem, a data e os grupos que receberão a vacina bivalente contra a covid-19, que já integra o Programa Nacional de Imunização. A primeira etapa começa em 27 de fevereiro, com a dose de reforço do imunizante da Pfizer — que é uma atualização daqueles usados contra o novo coronavírus, durante a pandemia. A pasta quer retomar a vacinação intensiva, seguida da regularização dos estoques dos medicamentos contra a covid-19 para crianças e reforço com a bivalente para grupos prioritários.

“A previsão é fim de fevereiro, mas as datas ainda estão sendo ajustadas a partir desse diálogo que é feito aqui (no primeiro encontro da Comissão de Intergestores Tripartite). Estamos seguindo análises de orientação científica, epidemiológica e coerentes também com o que está sendo feito em outros países”, explicou a ministra da Saúde, Nísia Trindade.

Segundo a pasta, grupos mais vulneráveis e que foram vacinados com ao menos duas doses da vacina monovalente receberão o novo imunizante. São eles: idosos a partir de 70 anos; pessoas que vivem em instituições de longa permanência; imunocomprometidas; e comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas. Em seguida, passará para a faixa etária entre 60 e 69 anos, depois gestantes e puérperas e, por último, profissionais da saúde.

O pedido de uso emergencial da vacina foi encaminhado pela Pfizer à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em 30 de setembro passado. Aprovada em novembro, o uso da bivalente poderá ser aplicado, futuramente, à população acima de 12 anos.



A previsão é final de fevereiro (para a aplicação do imunizante bivalente), mas as datas ainda estão sendo ajustadas*

Nísia Trindade,
ministra da Saúde

Plano anual

A ministra, porém, não deu detalhes sobre um plano anual de vacinação contra a covid-19. “Estamos numa fase de transição em que algumas análises ainda vão precisar ser feitas até a gente dizer como será o calendário anual ou que grupos devem ser vacinados. Esses dados ainda não nos dão segurança”, salientou.

Além dos grupos prioritários, a pasta também quer intensificar a aplicação do imunizante monovalente para os maiores de 12 anos. A ideia é aumentar a

cobertura vacinal nesse público com a recomendação de que seja dada uma dose de reforço para quem tem até 40 anos, e duas doses de reforço para quem tem a partir de 40. A pasta pretende dar início, também, a uma campanha de informação, que insistirá na importância da vacinação contra a covid-19 e das doses de reforço.

O Ministério da Saúde também garantiu, para fevereiro, 8,5 milhões de doses da Pfizer baby; 9,2 milhões da Pfizer pediátrica; e 2,6 milhões da CoronaVac, das quais foram entregues 750 mil. O diretor do Departamento

de Imunização e Doenças Imunopreveníveis, Éder Gatti, descreveu a situação dos estoques de vacinas como “risco real” de desabastecimento.

“Por estarem vencidas, mais de 370 mil doses da AstraZeneca foram incineradas em dezembro. Encontramos estoque zerado da Pfizer Baby e da CoronaVac, o que impede a vacinação das crianças. E o estoque da bivalente, para iniciar a estratégia de vacina de reforço, estava muito baixo”, alertou.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

Cirurgias vão ser retomadas

A ministra Nísia Trindade, da Saúde, anunciou, ontem, junto com a data para a primeira rodada de aplicação da vacina bivalente contra a covid-19, as novas estratégias e prioridades para o Sistema Único de Saúde (SUS). Conforme enfatizou, a meta é reduzir as filas na chamada “atenção especializada”.

A primeira ação do plano será a transferência de R\$ 600 milhões, até junho, para os estados e municípios realizarem mutirões de cirurgias eletivas, exames e consultas que já estiverem aguardando na fila. O primeiro envio será de R\$ 200 milhões e cada prefeito e governador receberá uma quantia proporcional à população que atende. A iniciativa será apresentada, hoje, aos governadores, que se reúnem com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Sobre a crise humanitária em relação aos ianomâmis, a ministra disse que será criado um grupo de trabalho específico para intervir na situação. Além disso, um plano está sendo formulado com medidas para assistir à etnia.

“Vamos estruturar um plano com ações de curto, médio e longo prazo a partir do relatório que recebemos (na terça-feira), ainda em revisão por parte da equipe da Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena), que coordenou as ações”, explicou.

Nísia salientou que os ianomâmis estão em uma situação de total vulnerabilidade. “O garimpo ilegal desestruturou as formas de vida, contaminando os rios, propiciando condições para o aumento dos casos de malária, por meio de escavações em que se acumula a água. Uma situação de abandono, inadmissível”, lamentou. (TA e ID)

MEIO AMBIENTE

Pesquisa: demarcação preservou Mata Atlântica

Um estudo que monitorou a conservação da Mata Atlântica, de 1985 a 2019, mostrou que povos indígenas com território reconhecido oficialmente têm altos índices de redução do desmatamento e melhoria do reflorestamento. A pesquisa, conduzida pelo Departamento de Estudos Ambientais da Universidade de Boulder, no Colorado (EUA), deixou clara a importância da posse formalizada, principalmente para desestimular as invasões.

“Nosso artigo mostra que, a cada ano, após a formalização da posse, houve um aumento de 0,77% na cobertura florestal, em comparação com as terras não ocupadas, em média — o que pode se acumular ao longo de décadas”, explica a pesquisadora Rayna Benzeev, uma das autoras da pesquisa.

A pesquisa investiga a mudança da cobertura florestal da Mata Atlântica em 129 territórios indígenas. A análise comparativa revelou um contraste entre comunidades que não têm direitos formais de obtenção da terra ou estão no processo. Assim, as demarcações fortaleceriam os esforços de conservação do bioma, que ainda é vulnerável.

“As descobertas contribuem para um debate ambiental com vistas ao reconhecimento dos direitos legais à terra dos povos indígenas na Mata Atlântica, uma área que tem enfrentado altas pressões do desenvolvimento”, observou a pesquisadora.

O bioma compreende a segunda maior floresta tropical brasileira — a primeira é a Floresta Amazônica — e correu sério risco de extinção devido à exploração intensiva desde o período

Divulgação



Bioma que percorre a costa brasileira, a Mata Atlântica vem sendo destruída desde o período colonial

colonial. Ainda assim, a Mata Atlântica tem, hoje, aproximadamente 12% da vegetação que a compõe em pé — apesar de ser encontrada em cerca de 90 mil km² e se estender por 3 mil km da costa brasileira.

Homologações

De acordo com a pesquisa, apenas um território indígena na Mata Atlântica foi formalizado desde 2012, nas quatro etapas que compreendem

a homologação. Das 726 terras destinadas aos povos originários existentes e submetidas à demarcação, 122 continuam na primeira fase do processo — na qual passam pela análise de antropólogos.

Para muitos bebês o leite materno é uma medida de vida.



Acesse amamentabrasilia.saude.df.gov.br



Maria Alice,
prematura,
20ml por dia é o bastante para o seu coração continuar batendo.

